Sobre Simon Schwartzman

EUNICE RIBEIRO DURHAM

Para mim, a carreira e a obra de Simon Schwartzman constituem um verdadeiro modelo para os cientistas sociais brasileiros. Neste livro, que é uma merecida homenagem a ele, não pretendo abarcar toda a sua obra, nem toda a sua carreira, extremamente amplas e diversificadas. Mas quero tratar do que considero algumas das características mais relevantes de seus trabalhos, tomando como ponto de referência meus primeiros contatos com seus livros e nossa colaboração na área de pesquisas sobre ensino superior.

O início de uma parceria

No início da década de 1980, eu militava na recém-criada Associação de Docentes da USP (Adusp), a primeira desse tipo no Brasil. A associação não era então um sindicato. Havia sido criada pouco depois da morte do jornalista Vladimir Herzog, na prisão dos órgãos de segurança do regime militar. Foi um movimento da liderança intelectual da USP que sobrevivera às cassações e aos expurgos da década anterior e era contrária ao regime militar. Víamos então a USP como um baluarte na luta contra o autoritarismo e acreditávamos que a política repressiva do regime era responsável pelos grandes problemas que víamos na universidade. Resistência ao autoritarismo e reforma universitária eram os grandes objetivos entrelaçados da Adusp.

Começamos então a discutir a reforma universitária que julgávamos necessária, em assembleias que reuniam professores das diversas unidades da USP e de diferentes campos de conhecimento. Não tendo, até então, participado do Conselho Universitário, foi a primeira vez que tive uma visão ampliada da complexa realidade da USP. Dei-me conta então

de que, tendo vivido na universidade boa parte da minha vida, de fato sabia muito pouco não só sobre ela, mas sobre sua relação com o sistema universitário brasileiro. Acreditava que, sem esse conhecimento, era impossível conceber uma reforma.

A ignorância não era só minha. Quase todos os participantes daquelas discussões também só tinham da universidade uma visão fragmentada, adquirida na participação do movimento de reforma que antecedera o AI-5 e baseada na familiaridade de cada um com sua própria unidade e seu próprio departamento.

Comecei então a ler a bibliografia disponível e descobri o livro de Simon Schwartzman, *A formação da comunidade científica no Brasil*, publicado em 1979. Foi uma revelação, pois se tratava de um sólido trabalho de pesquisa de grande abrangência, que, para mim, situava a USP de então no longo processo de desenvolvimento e institucionalização da pesquisa científica entre nós, processo este profundamente imbricado na criação das instituições de ensino superior, mas que não se reduzia a ele. Mais do que isso — tratava-se de aplicar métodos e técnicas de pesquisa das ciências sociais para analisar (e não simplesmente criticar) o processo complexo e tortuoso de construção das instituições de pesquisa, entre as quais estava a universidade. Impressionaram-me o volume da documentação levantada e a competência com a qual os dados haviam sido utilizados na construção de um panorama amplo e multifacetado do desenvolvimento da ciência no Brasil. Além disto, o texto demonstrava um profundo conhecimento do que acontecia e acontecera no "resto do mundo". Nas discussões das quais eu participava, o "resto do mundo" se resumia praticamente ao Movimento de Córdoba, da década de 1920, à rebelião estudantil de maio de 68 na França (que eram fontes de inspirações) e ao tratado de cooperação MEC-Usaid (que era execrado).

O texto de Simon mostrou-me que, para entender o sistema universitário era preciso inseri-lo num contexto histórico-comparativo, informando-me sobre as suas origens e sua história na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina.

Li logo depois *Tempos de Capanema*, publicado por Simon Schwartzman, em colaboração com Helena Bomeny e Vanda Ribeiro Costa, em 1984.

Trata-se de um primoroso levantamento das complexas forças sociais e políticas responsáveis pela criação do sistema universitário brasileiro durante o período inicial do governo Vargas. A reforma das universidades, como sua criação, não era uma questão simples. Era preciso compreender a complexidade das questões envolvidas.

A leitura desses textos e dos trabalhos de Burton Clark tornaram claro para mim em que consistia minha insatisfação com o debate corrente sobre a universidade, o qual, em grande parte, era caracterizado por uma tendência que denomino "denuncismo" e que ainda é relativamente comum nas ciências sociais brasileiras. Aplicada à universidade, ela consiste, em primeiro lugar, na construção de uma imagem ideal de universidade, distante de qualquer universidade real; em seguida, denuncia-se a distância entre essa universidade e aquela na qual vivíamos; finalmente, culpa-se "o governo" pela existência dessa distância. E era fácil, durante o regime militar, atribuir todos os males da universidade ao autoritarismo. Mas, com isso, nosso discurso se tornou repleto de nobres ideais e muito parco de análises sobre a universidade real.

Sem uma base em pesquisas científicas e sem referências histórico-comparativas, as propostas de reforma corriam o risco de serem ou corporativas ou ideológicas, recheadas de sonoras palavras de ordem, que mascaravam os complexos problemas da realidade institucional.

Foi este o início da minha trajetória como pesquisadora no campo da educação superior.

No primeiro trabalho que escrevi sobre a necessidade de uma reforma do ensino superior, apresentado numa reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras em 1987, eu dizia, inspirada no Simon:

> O problema que se coloca hoje para todos aqueles que defendem o ensino superior no Brasil não é, propriamente, o de definir a universidade que queremos. Em termos gerais, há uma grande concordância sobre a universidade que desejamos; é aquela capaz de oferecer um ensino diversificado, de alta qualidade, aberta a todas as classes sociais, adequado às necessidades do desenvolvimento econômico-social do país e capaz de contribuir para a formação da pessoa e do cidadão, onde a produção científica e cul-

> tural contribua para o desenvolvimento da tecnologia e para o diagnóstico dos problemas nacionais.
>
> O problema verdadeiro está em saber por que não temos a universidade que queremos. Por diversas vezes, na nossa história, tivemos a ilusão de criar por decreto a universidade ideal, imaginando que a perfeição dos planos é, por si só, capaz de engendrar uma realidade nova. Esquecemos que a universidade, como toda instituição, é um produto histórico no qual se solidificam interesses e práticas sociais complexos e contraditórios, que não podem ser resolvidos por decreto. Por isso mesmo, a proposta de uma nova reforma universitária deve partir da análise de como chegamos a produzir essa universidade que já temos. Devemos perguntar a que interesses ela atendeu, qual o papel do Estado na sua formação e quais os grupos e categorias sociais que a sustentaram e modificaram.

Certamente, eu e Simon Schwartzman não éramos os únicos a realizar pesquisas sobre o ensino superior, mas éramos poucos, e Simon, na minha opinião, era o melhor.

A criação do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior

Logo depois disso, Simon foi convidado pelo reitor José Goldemberg, que partilhava dessa visão da necessidade de estimular a pesquisa sobre o ensino superior, a integrar o corpo docente da USP. Foi então que criamos, Simon e eu, com a colaboração de Elisa Wolyneck e o apoio do reitor, o Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes), o primeiro centro de investigações sobre esse tema criado no Brasil.

Simon era o único de nós com experiência nacional e internacional e com inúmeros trabalhos e publicações nessa área. Foi ele quem elaborou o projeto do novo centro, definiu seus objetivos e organizou as primeiras pesquisas. Seu trabalho na criação do Nupes revela muito das características e da postura intelectual que marcam sua carreira.

A valorização da pesquisa acadêmica

Em primeiro lugar, o Nupes deveria ser um centro de pesquisas de caráter acadêmico-científico. Isso queria dizer que o Nupes não deveria estar

atrelado a objetivos políticos, nem da reitoria, nem do sindicato e, muito menos, de partidos políticos. As pesquisas deveriam seguir os cânones do método científico, tal como é sistematizado nas ciências sociais, e deveriam ser avaliadas por critérios próprios da comunidade internacional dos pesquisadores voltados para essa área.

Entendo essa postura como significando que as pesquisas deveriam ser precedidas por um levantamento sério e abrangente da bibliografia nacional e internacional e estarem baseadas na construção de uma sólida base de dados empíricos. A análise e a interpretação, orientadas teoricamente, deveriam ser consistentes com os dados, considerando sua complexidade e sua inter-relação.

Nos trabalhos de Simon, as análises são sempre profundas, complexas e objetivas. Introduzi, nessa interpretação do que seja uma pesquisa científica, o termo "objetivas", o que me leva à discussão do conceito de objetividade, que foi duramente criticado nas ciências sociais como constituindo um ranço positivista, e na qual o autor paira acima da realidade e tudo vê com completa isenção.

Claramente, a objetividade tal como é atribuída a essa visão algo caricatural do positivismo é impossível. Objetividade é uma questão de grau — há trabalhos que procuram uma objetividade maior e outros que se preocupam em defender posições preestabelecidas e, às vezes, dogmáticas. A pesquisa é tão mais objetiva (sem nunca sê-lo perfeitamente) na medida em que não escamoteia dados contrários às hipóteses que formulamos, em que revela aspectos inesperados e desconhecidos da realidade que estamos estudando, em que é capaz de contrariar nossas próprias convicções. É assim que a pesquisa alarga nosso horizonte de conhecimento e aprofunda a visão crítica dos temas e problemas que estamos analisando — não se trata de simplesmente denunciar, mas de entender melhor por que as coisas ficaram como são, e em que direção podem caminhar. Parte dessa objetividade que encontro nos trabalhos de Simon é obtida pela sua competência e insistência na utilização de métodos quantitativos, que costumavam ser ignorados e às vezes mesmo desprezados por muitos cientistas sociais brasileiros. Tem-se afirmado, e é parcialmente verdade, que dados estatísticos podem ser manipulados para se comprovar qualquer hipótese — podem

também ser falsificados para obter resultados desejados. Aliás, qualquer tipo de dado, quantitativo ou qualitativo, pode sofrer esse tipo de manipulação. Mas basta ler os trabalhos de Simon para perceber o quanto, quando conscienciosamente coletados e analisados, o tratamento estatístico de dados empíricos é fundamental para controlar a excessiva subjetividade e parcialidade, revelando processos sociais mais amplos que não podem ser detectados através do uso exclusivo de entrevistas e da observação pessoal. Foi essa competência na utilização de dados estatísticos que o levou à presidência do IBGE, no qual teve uma importante atuação inovadora e atualizadora. Essa postura evitou que Simon aderisse a qualquer um dos inúmeros modismos que marcam as ciências sociais no Brasil.

A maior parte das pesquisas realizadas no Nupes utiliza intensamente as estatísticas disponíveis ou trabalha com amostras estatisticamente significativas.

A responsabilidade social do cientista

A insistência na qualidade científica e acadêmica das pesquisas e a oposição à sua subordinação a interesses políticos ou corporativos, por outro lado, sempre foram complementadas por Simon (e pelo Nupes) por uma consciência muito clara da responsabilidade social do cientista. Esta se manifesta na escolha, como tema de pesquisa, de assuntos relevantes para a compreensão da realidade brasileira e na preocupação com a formulação e os resultados das políticas públicas. Expressa-se também nas atividades de assessoria a órgãos governamentais e organizações civis de diferentes orientações políticas, desde que preservada a liberdade acadêmica do pesquisador. Simon sempre teve a coragem de assumir posições impopulares, quando suas pesquisas as justificavam. Mesmo que impopulares, suas posições nunca foram irrelevantes nem sua competência tem sido questionada. Uma demonstração dessa responsabilidade social presente em suas obras é também o profundo compromisso com o desenvolvimento do país, analisando diferentes possibilidades e probabilidades de ação transformadora. Exemplo disso foi seu papel de relator, em 1985, dos trabalhos da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, proposta por Tancredo Neves depois de sua eleição pelo Congresso Nacional para ocupar a presidência da Repú-

blica e instituída pelo presidente José Sarney, que o substituiu após sua morte. Muito desse relatório se deve a ele. A primeira parte contém uma análise da crise do ensino superior e propõe os princípios para uma nova política. A seguir, apresenta um conjunto de recomendações, de forma ao mesmo tempo moderada e inovadora, abrangendo as questões mais candentes presentes no debate sobre o ensino superior e introduzindo outras ainda atuais, como a natureza da autonomia universitária e suas relações com a necessidade de *accountability* e de controle público através de processos de avaliação; a avaliação como um instrumento de promoção da qualidade do ensino e da pesquisa; a insistência na exigência de mérito como critério para promoção na carreira; a necessidade de articulação do ensino superior com os graus anteriores do ensino, essencial para a democratização do acesso à universidade; a valorização da formação de professores para o ensino básico; o financiamento do ensino superior, a gestão do ensino e o oferecimento de uma formação geral nos cursos de graduação. Isso antecedeu a criação do Nupes, mas integrou muito de sua agenda de pesquisa.

Depois disso, Simon tem sido um dos mais competentes críticos de todas as propostas de reforma do ensino superior, nenhuma das quais, aliás, foi realizada. Apenas a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) avançou nessa direção, mas, infelizmente, jamais chegou a ser plenamente implementada. Essa foi a postura que os pesquisadores do Nupes procuraram seguir.

A abordagem histórico-comparativa

Como já mencionei antes, além de obedecer aos cânones da pesquisa científica, as investigações, mesmo quando não se tratasse de comparar diretamente um ou mais países, deveriam ter uma perspectiva comparativa, isto é, levar em consideração as transformações tanto dos sistemas quanto das políticas de ensino superior que ocorriam no mundo, assim como seu contexto histórico. A pesquisa não pode se limitar a uma visão provinciana, que vê o sistema de ensino superior como uma criação autóctone e autônoma. Além disso, o novo núcleo deveria buscar uma inserção internacional, através de colaborações com centros congêneres de outros países e da publicação de resultados tanto no Brasil, quanto no exterior. A carreira anterior de Simon já seguia essa orientação.

A inserção em redes internacionais

Muito antes da atual valorização do trabalho internacional em redes, Simon já trabalhava dessa maneira e imprimiu essa orientação no Nupes. Colaborou, em estudos internacionais comparativos, com os mais importantes pesquisadores europeus e norte-americanos na área da educação superior, como Burton Clark, Guy Neave, Ulrich Teichler, Philip Altbach, entre muitos outros; participou inclusive da elaboração da *Encyclopedia of higher education* — organizada por B. R. Clark e G. Neave, e publicada pela Pergamon Press em 1992 — uma obra monumental e marco de referência nessa área de conhecimento. Na área do ensino superior, trabalhou também em estreita colaboração com outros pesquisadores latino-americanos, como José Joaquín Brunner, Jorge Balán e Hebe Vessuri (e suas respectivas equipes). Para facilitar o entrosamento dos pesquisadores do Nupes nessa rede internacional, Simon criou no Nupes um conselho consultivo externo, que incluía Burton Clark, Brunner, Teichler e Balán.

O primeiro projeto institucional do Nupes consistiu justamente na participação em uma rede de pesquisadores latino-americanos — brasileiros, argentinos, chilenos, mexicanos e colombianos — organizada por José Joaquín Brunner e pelo próprio Simon, para realizar uma análise comparada das políticas de reformas do ensino superior na América Latina. Além disso, Simon continuou a participar de outros estudos comparados com pesquisadores europeus e americanos e introduziu outros membros do Nupes nessas redes.

A interdisciplinaridade

Há uma outra questão a ser considerada que se relaciona com a carreira de Simon Schwartzman. O Nupes nasceu como um centro interdisciplinar. O termo se aplica muito bem ao recrutamento dos pesquisadores que, em diferentes períodos, participaram dos trabalhos e das pesquisas. O grupo inicial era pequeno, mas muito heterogêneo. Além de Simon, compreendia eu mesma, que sou antropóloga por formação, e Elisa Wolynek, pesquisadora da área da física, com grande experiência administrativa na universidade. Devemos incluir nesse grupo também José Goldemberg, outro físico e então reitor, que foi uma figura-chave na criação do Nupes. Ao

longo do tempo, participaram das atividades outros dois físicos, além de cientistas políticos, sociólogos, estatísticos, juristas, economistas e até um odontologista (que analisou o ensino da odontologia no Brasil).

Se os termos "interdisciplinar" ou "multidisciplinar" caracterizam bem a forma de recrutamento, não sei se podem ser apropriadamente aplicados aos trabalhos que realizamos. O estudo dos sistemas de ensino superior não constitui uma disciplina científica, mas uma área temática. Pesquisadores das mais diversas formações se dedicaram a esse tipo de pesquisa, motivados por sua vivência dos problemas da universidade que, como pesquisadores, docentes ou gestores, encontraram na vida acadêmica. Em geral, é essa vivência que motiva seu interesse em explicá-los e em contribuir para o aperfeiçoamento institucional. Paradoxalmente, foi rara a incorporação de pedagogos e educadores.

É possível que um ou outro pesquisador se concentre em sua área de conhecimento, analisando, por exemplo, o ensino da odontologia ou a pesquisa nas ciências biológicas. Mas essas pesquisas não são estritamente de caráter biológico ou odontológico. O objeto é a universidade e o ensino superior, e os pesquisadores acabam por trabalhar com um cabedal comum de conhecimentos na área, que é ampliado pela utilização de recursos de diferentes disciplinas.

A formação de Simon Schwartzman é um exemplo disso.

Simon não começou sua carreira analisando a educação. Formado em sociologia e ciência política, um de seus trabalhos iniciais — *Bases do autoritarismo brasileiro* — está assentado sobre uma sólida formação teórica, na qual conceitos, teorias e pesquisas sociológicas ampliam a visão do cientista político. A partir dessa base, e sem abandoná-la, tem alargado continuamente o leque de recursos teóricos e metodológicos que utiliza em suas pesquisas, e seus trabalhos posteriores abrangem uma temática muito diferenciada.

Tem feito primorosas pesquisas históricas sem ser nem se tornar historiador. Tem tratado de questões econômicas e educacionais sem se tornar economista ou educador. Tornou-se extremamente competente no uso de estatísticas sem ser, ele próprio, um estatístico. Alguns o consideram um sociólogo. Eu o classifico, basicamente, como cientista político, porque a

visão do Estado como um ator multifacetado que se insere em contextos complexos parece-me estar presente, direta ou indiretamente, em todos os seus trabalhos, inclusive no seu interesse pela sociologia da ciência, pela educação, pela desigualdade social e educacional, pela pobreza. São todos temas e objetos de pesquisa nos quais está sempre presente sua preocupação com as políticas governamentais (científicas, educacionais e sociais), sua viabilidade e seus resultados inesperados (positivos e negativos).

A amplitude das experiências institucionais

Isso que estou caracterizando como alargamento de perspectivas beneficiou-se também da diversidade de suas inclusões institucionais. Foi professor visitante em prestigiosas universidades do mundo, incluindo Berkeley, Columbia, Stanford, Harvard, Oxford, École Pratique des Artes Études, Swedish Colegium for Advanced in the Social Sciences, e continua associado a importantes centros de pesquisa na área de ensino superior europeus e norte e sul-americanos. Mesmo no Brasil, sua carreira tem sido caracterizada pela circulação por instituições diferentes. Formado na Universidade Federal de Minas Gerais, da qual foi professor, depois de cassado pelo AI-5, trabalhou em algumas das principais instituições brasileiras de ensino e pesquisa em ciências sociais: a Fundação Getulio Vargas, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo. Foi presidente do IBGE, onde realizou um trabalho importante de atualização e renovação. Hoje trabalha no Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (Iets), que ajudou a fundar, e é membro atuante da Academia Brasileira de Ciências. Pouquíssimos cientistas têm uma experiência tão ampla.

A ampliação da temática sobre ensino superior

Como parte de uma tendência para abranger toda a complexidade da temática dos estudos sobre a universidade e a educação superior em geral, suas pesquisas se alargaram para compreender todo o sistema educacional, incluindo uma reflexão sobre a pesquisa nessa área.

Em capítulo intitulado "A busca da qualidade na educação", incluído no livro *Educação e modernidade*, editado por João Paulo dos Reis Veloso e

Roberto Cavalcanti em 2003, Simon salienta a pesquisa como um dos três pontos que julga mais relevante para entender os problemas do nosso sistema educacional:

> Um terceiro comentário se relaciona com o estado da pesquisa educacional no Brasil. Infelizmente — e esse não é só um problema brasileiro — estabeleceu-se a percepção de que existe uma espécie de divisão do trabalho entre os especialistas em educação, que cuidariam dos aspectos pedagógicos e curriculares do ensino, e os economistas e sociólogos, que cuidariam dos aspectos institucionais e econômico-financeiros do problema. Na prática, isso acaba significando que os pesquisadores em educação não se beneficiam dos conhecimentos de natureza mais institucional e econômica, e que as questões pedagógicas acabam sendo tratadas de forma simplista pelos que se preocupam somente com os aspectos "macro" do problema.

A questão da formação de professores para o ensino básico, que é uma das funções da universidade, constituiu a ponte natural para que o Nupes, nos seus últimos anos, seguisse o mesmo caminho.

A produtividade

Como escreve Nelson de Castro Senra neste livro, no capítulo "Pensando e mudando a atividade estatística brasileira", trata-se de um "escritor incansável, talvez mesmo compulsivo" e, acrescento eu, leitor voraz. Nunca consegui entender como Simon consegue tempo para produzir tantos artigos e livros, além de dezenas de assessorias e centenas de conferências e inúmeras participações em congressos no Brasil e no exterior, aliadas à orientação dos alunos da pós-graduação. Para o Nupes, Simon foi, em termos de produção científica, um exemplo admirado, mas nunca igualado.

A pessoa humana

Finalmente, tendo trabalhado com Simon durante muitos anos no Nupes e me hospedado com sua família, creio ser indispensável mencionar a figura humana Simon Schwartzman. Não se trata apenas de um intelectual de primeira linha. O convívio com Simon foi sempre muito agradável — é gen-

til no trato, construtivo nas críticas, interessante nas conversas, criativo nas propostas. Nunca o vi fazendo ataques pessoais — Simon não critica pessoas, mas posições, decisões e interpretações. Construiu muitas amizades duradouras e possui admiradores fiéis, entre os quais me incluo. Como se não bastasse tudo isso, é um excelente pai de família e teve discernimento e sorte de se casar com uma mulher admirável. A iniciativa de sua família organizar esta homenagem testemunha todas essas qualidades.

Sobre este livro

É uma homenagem a Simon Schwartzman. Traz uma coleção de ensaios de diversos autores, que dialogam com questões sobre as quais Simon vem se debruçando ao longo de sua carreira, e reflete a amplitude e a profundidade de sua obra.

O livro está dividido em três partes. A primeira trata de algumas questões teóricas e metodológicas sobre o estudo do Estado e de políticas públicas. Elisa Reis discute a relevância e os desafios de estudos sobre a relação entre o Estado e a sociedade para entender o mundo contemporâneo, tomando como ponto de partida estudos macro-históricos dos anos 1970. Bolívar Lamounier faz uma releitura de *Bases do autoritarismo brasileiro* à luz de percepções políticas e orientações teórico-interpretativas que se constituíram no quarto de século decorrido desde a publicação do livro. Helena Bomeny e Vanda Costa partem de sua experiência com o homenageado no estudo da formação do sistema de educação no Estado Novo para uma descrição das dificuldades e dos dilemas enfrentados na análise de arquivos históricos. José Joaquín Brunner destaca a contribuição de Simon Schwartzman para a consolidação de uma linha de pesquisa comparada de políticas e sistemas de educação superior na América Latina.

A segunda parte reúne discussões de objetos de política pública: educação básica, educação superior, pesquisa científica e desigualdade social. Francisco Vidal Luna e Herbert Klein mapeiam a extensão e as dimensões da desigualdade social no Brasil, traçando a importância de políticas econômicas para o desenvolvimento da desigualdade social. Sônia Rocha discute os programas de transferência de renda do governo federal no contexto da redução da pobreza nos últimos anos. Claudio de

Moura Castro e João Batista Oliveira traçam o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro para explicar "por que a educação brasileira é tão fraquinha". Jorge Balán sugere formas de os países em desenvolvimento lidarem com a crescente competição internacional por talentos, e com a questão da "fuga de cérebros" de países em desenvolvimento para os países desenvolvidos.

Os textos da terceira parte tratam de distintas formas de avaliação das instituições responsáveis por políticas públicas. Apoiando-se em uma análise de discursos e documentos produzidos no período, além de sua própria vivência da instituição, Nelson de Castro Senra relata a atuação de Simon Schwartzman como presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos anos 1990, quando esteve envolvido, entre outras coisas, na avaliação e na modernização da instituição. Maria Helena de Magalhães Castro escreve sobre os novos instrumentos de avaliação do ensino superior que vêm sendo implantados como resposta à expansão e à transformação deste, e discute a relevância em potencial desses instrumentos para o Brasil. José Francisco Soares apresenta uma discussão detalhada dos métodos e objetivos de avaliações da educação escolar. Por fim, Charles Pessanha estabelece uma reflexão sobre a função do controle externo exercido pelo Poder Legislativo, analisando a evolução desse tipo de avaliação no contexto internacional e no Brasil.